A construção da violência: o caso da Ilha Grande

*Myrian Sepúlveda dos Santos**

Apresentação

Este artigo foi escrito como parte de um projeto iniciado em 1999, "História e Memória das Instituições Carcerárias da Ilha Grande". Inicialmente tive a pretensão de apreender a lógica inerente aos presídios instalados durante cem anos na ilha – de 1894 a 1994 –, porém logo verifiquei que a Ilha Grande tinha sido sede de diversas prisões que obedeceram a regimes carcerários distintos.

Para compreender melhor a espécie de mundo do qual me aproximava, optei por fazer a história de trás para frente. A primeira reflexão séria sobre uma imensidão de documentos, cartas e depoimentos obtidos está presente neste artigo ao focalizar a herança das práticas carcerárias sobre a população atual da ilha, que procura adaptar-se ao novo desafio – o do empreendimento turístico.

Procurei centralizar a atenção nos processos de construção da violência nos cárceres da Ilha Grande, a partir de uma série de entrevistas com diversas pessoas que estiveram envolvidas com a antiga

* Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UERJ.

penitenciária: presos, guardas, policiais militares, assistentes sociais, ilhéus e mesmo autoridades públicas. Um acompanhamento mais cuidadoso pôde ser feito em relação às práticas existentes entre os moradores da Vila Dois Rios, uma vez que neste lugar situa-se atualmente o campus UERJ/Ilha Grande, o que facilitou uma convivência próxima ao longo de mais de três anos.

Nesta análise, destacaram-se os aspectos da manutenção de práticas da violência ao longo do tempo e as regras construídas que legitimam o uso da violência, tais como a alteridade com que guardas e internos se identificam. Finalmente, foi apontado também o conflito entre diferentes códigos morais, bem como os limites destes em controlar a violência, tema que tem sido o objeto de estudos subseqüentes.

Introdução

Hipócrita leitor, meu igual, meu irmão!
Charles Baudelaire, *Flores do mal*.

Em março de 1999, fiz minha primeira entrevista para o projeto "História e Memória das Instituições Carcerárias da Ilha Grande" (Santos, 1999).[1] Hoje, a história da violência dos cárceres da Ilha Grande faz parte da memória nacional, por causa da ocupação por penitenciárias praticamente durante todo o século XX.[2] Os modelos de encarceramento entrelaçam-se com políticas públicas e medidas repressivas a movimentos políticos. A história a ser contada é vastíssima e um número impressionante de figuras públicas deixou

[1] Gostaria de agradecer a Ingrid Borges de Lemos, Fabio Cardoso Ponso, Marcela Marques Serrano e Manuela Castilho Coimbra da Costa, bolsistas de iniciação científica que trabalharam comigo neste projeto.

testemunhos pessoais da violência presenciada.[3]

Na Ilha Grande, ficaram alguns presos conhecidos, dentre os quais: Orígenes Lessa e outros que foram presos por participarem da Revolução Constitucionalista de 1932; Graciliano Ramos, Agildo Barata e muitos outros líderes do Partido Comunista durante o governo de Vargas; Fernando Gabeira, Nelson Rodrigues Filho e diversos ativistas que lutaram contra a ditadura militar de 1964; criminosos, como Madame Satã, Lúcio Flávio, Zé Bigode, Mariel Mariscot e José Carlos dos Reis Encina (Escadinha); banqueiros de "bicho", como Natal da Portela e Castor de Andrade.

Apesar de ter sido considerada de penitenciária de segurança máxima, foram muitas as fugas cometidas. A mais célebre aconteceu em 1985, quando o assaltante José Carlos Gregório, o Gordo, resgatou Escadinha de helicóptero, mostrando o poder do grupo Comando Vermelho (CV). A história do CV também se constrói na Ilha Grande; remonta aos anos 1970, quando assaltantes de banco presos pela Lei de Segurança Nacional se misturaram aos presos políticos e incorporaram discursos e práticas de organização dos partidos de esquerda.

Muitos dos presos da Ilha Grande deixaram denúncias de

---

[2] Já em 1893, edificações construídas na Vila Dois Rios foram utilizadas para manter em prisão os rebeldes da Revolta da Armada. A Colônia Correcional de Dois Rios voltou a ser estabelecida em 28 de janeiro de 1903. As edificações do Lazareto, na Vila do Abraão, receberam os revoltosos da Revolução Constitucionalista de 1932. No início da década de 1940, duas instituições carcerárias funcionavam na ilha: uma em Abraão, a Colônia Penal Cândido Mendes, e outra em Dois Rios, a Colônia Agrícola do Distrito Federal. Em 1962, a Colônia Penal Cândido Mendes, localizada na Vila do Abraão, foi desativada. A última instituição penal estabelecida na Ilha Grande foi o Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), que durou de 1963 a 1994.

[3] Presídios são os locais em que os detentos aguardam seu julgamento e a promulgação de sua pena; penitenciárias são os locais em que eles cumprem suas penas. Apesar de o Instituto Penal Cândido Mendes ter sido uma penitenciária, ele é referido pela imprensa, e mesmo por seus funcionários, como sendo o presídio. Os moradores locais referem-se à penitenciária muitas vezes como "colônia".

maus-tratos e torturas em relatos, histórias e biografias amplamente divulgados pela imprensa e pelos demais meios de comunicação. Basta citarmos *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, obra-prima da literatura magistralmente adaptada ao cinema. Em quase todos os depoimentos, livros e filmes, encontramos descrições detalhadas de uma violência, em que homens são cercados em um curral de arame farpado, cabeças decepadas e o coração tirado à faca do peito para ser jogado aos cachorros. A barbárie é denunciada pelos que passaram por ela; explicada, ainda que em seu paradoxo, pelos intelectuais; banalizada e/ou ressaltada pela imprensa.

Ao fazer entrevistas com moradores, agentes penitenciários, policiais militares e ex-detentos da antiga penitenciária, percebi que não estava preparada para escutar e compreender o que ouvia. Mais do que isso, dei-me conta de que não conseguia conversar sobre o que apreendia na pesquisa de campo com amigos, parentes, alunos ou mesmo colegas de profissão. As pessoas mudavam de assunto, cessavam a conversa, deixavam de ouvir. Mais do que qualquer outra pesquisa, esta me exigia um esforço ímpar. Talvez esta seja uma tarefa que atualmente me comprometa a enfrentar porque a alteridade que construí em relação aos presídios hoje se dissipa; as cabeças decepadas aparecem em cada esquina das ruas da cidade do Rio de Janeiro. A violência que investigo não é aquela que aparece diariamente nos jornais, que pode ser medida pelo número de assaltos, motins e mortes, mas uma violência já endêmica às ruas da cidade. Está presente no olhar que segrega, põe o outro nu e humilha. Esse olhar, que há muito estava circunscrito às celas e galerias, hoje ganha as ruas, não ainda de forma generalizada, como nos advertem alguns analistas mais pessimistas em relação aos rumos tomados pela modernidade (Bauman, 1999), mas, de qualquer maneira, de forma bem mais abrangente do que no passado.

À medida que a pesquisa evoluía, fortalecia-se cada vez mais em mim a impressão de que os "vagabundos" de que falavam agentes penitenciários e policiais cumprem um papel social bem maior do que eu poderia imaginar, pois têm o poder de suscitar neles, em mim, em nós o que não queremos ou não podemos ver. O mal, ao se cristalizar na figura desprezível do "outro", pode ser eliminado sem nos obrigar ao esforço do remorso. E se o quadro pode ser ainda mais devastador, também percebi que os relatos que obtinha sobre a violência me remetiam aos atos do presente. Considerando todas as dificuldades do campo, meu ponto de partida neste artigo foi o comentário de uma de minhas bolsistas, que, após acompanhar atenta ao relato de um ex-carcereiro, disse-me, um pouco exclamando, um pouco perguntando: "Mas ele se parece com meu avô!?!"

A manutenção da violência: entre passado e presente

Preparativos para uma viagem que parecia ser inesquecível, reserva do camping, de ônibus [...] Pronto, cheguei! Merecidas férias, já que estou de férias do trabalho e faculdade. Surpresa!!! Possíveis guardiões da ilha separavam as pessoas, as mais "distintas" de um lado, os mais jovens, pelo visual, mulheres de um lado, homens do outro, separados para um tremendo constrangimento. Observar as malas, tudo bem, segurança é importante. Mas não foi só isso. Fui gentilmente forçada a tirar toda a minha roupa. Isso mesmo. Ficar nua na frente de "uma policial", não sei se era, não deu nem para verificar devido ao meu espanto. E tem mais: pediram, com uma cordialidade contagiante, que me abaixasse, para verificar se não carregava drogas. Que incrível começo de viagem! Isto está certo? Parece que estava indo visitar alguém que estava preso na ilha. O presídio já não foi desativado? [...]

(Este texto foi escrito por minha filha de 19 anos, que estuda turismo, e por minha conta resolvi distribuí-lo, tamanha a minha indignação – Nilza Teran da Costa Leite.)[4]

[4] Internet, 16 de agosto de 2002.

Em 1994, junto com a retirada dos presos, todo o aparato administrativo da penitenciária foi desfeito; agentes e policiais transferidos para outros complexos penais e a região abandonada. No entanto, muitos dos ex-funcionários do Instituto Penal mantiveram suas moradias na ilha, onde nasceram, foram criados e se casaram. Lá também viveram seus pais e avós, da mesma maneira que hoje vivem seus filhos e netos. Alguns dos policiais que chegaram de fora também continuaram na região, uma vez que lhes foi permitido manter as casas oficiais.

São muitos os moradores que trabalharam na penitenciária, o que nos faz crer que o recrutamento era facilitado para aqueles que residiam no local. Segundo alguns depoimentos, o concurso era facilitado para os moradores, que iam fazer as provas em Mangaratiba com os cartões de resposta do concurso já perfurados. Por causa das denúncias, houve até anulação de um dos concursos. Segundo outros, em tempos mais remotos não havia concursos e os diretores davam-se por satisfeitos se os candidatos fossem capazes de cortar grande número de troncos de árvore. Em que pese a dificuldade de comprovarmos tais denúncias, é provável que as autoridades responsáveis tenham procurado incorporar habitantes locais, pois estes não traziam problemas de adaptação e conheciam bem a mata, o que era indispensável na captura dos fugitivos. Por outro lado, o emprego na instituição penal significava, para a população local, constituída de pescadores, ascensão social.

Para os moradores de Vila Abraão e Vila Dois Rios, portanto, o presídio significava a presença de uma instituição forte do governo, que oferecia empregos e diversas outras ocupações. Os serviços médicos e odontológicos da prisão eram franqueados à população local, sendo amplo o atendimento. Cantores, artistas, estrelas do mundo da mídia também por lá passavam promovendo espetáculos que

tinham uma dupla audiência: a dos internos e a da população local. A partir da desativação da penitenciária, os moradores se sentiram desprotegidos.

Em abril de 2000, houve, por parte do governo, a intenção de reconstruir na Ilha Grande novo presídio. Embora a proposta tenha sido sustada em vinte e quatro horas, com declarações contra a iniciativa de amplos setores da sociedade, os moradores apareceram nos jornais com as seguintes posições:

> Segundo lideranças comunitárias das diversas vilas da ilha, a demolição da prisão só beneficiou os comerciantes do local, os donos de pousada e os veranistas.
>
> Para o barqueiro Moisés Venâncio, 58, nascido e criado na ilha, o fim do presídio gerou mais pobreza e abandono. "Onde havia uma prisão há seis anos, só existem ruínas, e o tal pólo turístico não saiu do papel."
>
> A professora municipal Marilene Silveira afirmou que a saída do presídio da ilha deixou muitas crianças sem escola.
>
> "O presídio vai trazer emprego e segurança", disse o ex-policial Jovelino Ramos de Oliveira, de 66 anos.[5]

Em algumas pequenas vilas, como a do Aventureiro, os moradores beneficiaram-se com o turismo, mas nas Vilas do Abraão e Dois Rios, moradores antigos apresentam um discurso nostálgico em relação ao passado, quando se sentiam mais protegidos e com melhores condições de vida. As atividades voltadas para o turismo, que uma parte da população pretende ecológico, não foram capazes de substituir os benefícios do antigo Instituto Penal. Há conflitos

---

[5] Trechos retirados dos jornais *O Dia* e *O Globo*, 8 de abril de 2000.

sérios entre ambientalistas e antigos moradores, pouco sensíveis ao discurso dos direitos universais do homem à natureza. Em um jornal de Dois Rios, encontramos a seguinte descrição da Vila Dois Rios, na época em que lá funcionava um dos cárceres mais violentos de nossa história:

> Vila Dois Rios gostosa, alegre, domingo de sol aberto, descontraída... Assim era a vida da colônia naquela segunda metade do século passado até alguns anos mais tarde. Um lugar ainda não envelhecido, com ruas limpas, transportes sem problema para passeio, cinemas eram dois, um aqui e outro no Abraão, quadra de esporte e campo de futebol a mesma coisa (dois), com uniões sociais.[6]

Além de presença forte no imaginário coletivo, o tempo da "colônia" também deixou marcas indeléveis no comportamento dos moradores. Um jovem habitante da Vila Dois Rios nos relatou que moradores tinham espancado dois turistas que foram encontrados na região portando droga. Reclamando da ineficiência do responsável pela segurança da UERJ, ele nos contou, ainda, um episódio recente, em que os moradores se mobilizaram imediatamente após o alarme de que haveria um homem de fora na vila, após às 18 horas, quando é proibida a permanência de estranhos na região. Imediatamente se formou um grupo composto pelos homens locais, que procurou por toda a vila o "cara que veio de fora", mas não tiveram sucesso na captura. Para os nativos, aquele que vem de fora, o sujeito encostado no poste que não era conhecido de ninguém, é, a princípio, alguém suspeito.

Conquanto a observação tenha sido feita basicamente na Vila Dois Rios, poderíamos estender para algumas outras praias da ilha,

---

[6] Jornal *A Redação da Vila*, setembro de 2001.

pois há uma falta de confiança generalizada dos moradores em relação aos "de fora" e deles em relação a eles mesmos.

As reuniões da Associação de Moradores da Vila Dois Rios costumam ser muito tensas e à beira da agressão física. Segundo um dos antigos moradores, que não reside mais no local, "o pessoal daqui não sabe resolver as coisas. Tudo eles gritam e aí ninguém ouve ninguém, fala todo mundo ao mesmo tempo, não tem uma organização, por isso não chegam a nenhuma conclusão".[7]

O ambiente paranóico, dominado por desconfiança e medo, tem sido descrito como a norma entre presos que se defendem de guardas e de presos que estão prontos para roubar, estuprar e matar. Ninguém pode confiar em ninguém. Esta desconfiança exagerada ainda faz parte dos hábitos dos moradores da Ilha Grande. Mas há um outro fator a ser considerado na desconfiança dos moradores em relação aos que chegam de "fora".

No Aventureiro, um ex-pescador, líder na comunidade, relatou como um jovem se aproximou dele para pedir conselhos, pois tinha se apaixonado por uma garota que chegara para acampar na vila, mas esta exigia que ele fumasse maconha: "Fumar a maconha ou perder a mina?" Sabiamente, o pescador não disse ao jovem o que fazer, mas concluiu a história dizendo que o rapaz tinha optado por esquecer a menina e manter seus vínculos com a família, pois esta jamais o perdoaria se a opção fosse o uso da droga.

Há um depoimento de um ex-detento sobre o conjunto de funcionários da antiga penitenciária, que também traz alguns dados interessantes:

---

[7] Agradeço esta contribuição à bolsista Marcela Marques Serrano, que apresentou um excelente relatório de pesquisa após seu trabalho de campo em 2000.

> A ilha não é punição apenas para presos. Para lá vão os guardas considerados problemáticos pelo próprio sistema. Além destes, há filhos e netos de guardas mais antigos, que se fixaram por lá em outras épocas, criando raízes. Aprenderam, desde cedo, o ofício dos pais, e cresceram imersos na peculiar cultura local. Muitos sequer conheciam o Rio. Que podiam pensar da vida? Como podiam entender aquelas levas de pessoas estranhas, vindas de longe, já na condição de prisioneiros?[8]

Para William da Silva Lima, também conhecido como Professor, os moradores da ilha eram os "caipiras". Outros que fugiram da ilha também descrevem os moradores como caipiras (Torres, 1979). Entre os guardas, aqueles que vêm "de fora" assinalam bem as marcas distintivas dos "ilhéus". Um deles nos contou que, quando chegou à ilha, tinha dificuldade de compreender a fala dos moradores, como também de alguns funcionários da penitenciária. Relata que ia à Provetá, no rastro dos fugitivos, e que, cansado, deitava-se na areia. Os meninos o cercavam e perguntavam quantos presos estavam na mata. Ele respondia "oito" e os meninos diziam: "Ai, ai, ai, tem gente a grané, vi Maria." A gargalhada era geral entre os moradores, que diziam ser a imitação da entonação perfeita. No entanto, a associação entre os códigos locais e aqueles relativos à violência permitiu a exacerbação destes últimos, que não se conformavam aos códigos mais gerais estabelecidos pela sociedade abrangente. Assim, os moradores antigos da ilha ainda partilham de uma identidade comum, calcada em valores e comportamentos próprios. Alguns deles dizem ter saudade do tempo em que todos se conheciam.

Na Vila Dois Rios, apesar das tentativas da UERJ de transformá-la em um campus universitário, as marcas da vida na época da penitenciária ainda são muito fortes. Elas estão presentes não apenas

---

[8] Lima, 1991, p. 35.

nas ruínas e no traçado arquitetônico, mas no comportamento dos moradores. Na entrada da vila, encontramos sempre um ou dois trabalhadores cortando o mato de um canteiro com foice, numa falta de objetividade total, pois o mato cresce em toda a vila e o trecho capinado de hoje é coberto pelo mato amanhã. Com exceção dos poucos funcionários capinando o terreno, não se vê mais ninguém nas ruas; os moradores quase não saem de suas casas e embora o plano arquitetônico do lugar lembre o de uma vila militar, onde usualmente portas e janelas estão sempre abertas, em Dois Rios elas se encontram sempre trancadas.

É muito provável que estas sejam práticas que se mantenham no tempo. Embora a ordem e a segurança do "tempo do presídio" sejam sempre reiteradas, as ruas vazias e a manutenção de portas e janelas fechadas nos indicam que aquela vila não era uma vila como qualquer outra.[9] Mais do que isso, podemos afirmar que a relação entre passado e presente não é uma relação em que o novo substitui o velho, mas em que o novo é continuamente reconstruído a partir dos traços do passado, que vão marcando as práticas do presente.

Para Walter Benjamin, não temos consciência de que carregamos conosco os fantasmas do passado e somente quando um momento de perigo se aproxima é que nos vemos novamente assustados pelo passado e podemos reconhecê-lo (Benjamin, 1994). Nos últimos anos, o assassinato de dois turistas – um envolvido com práticas homossexuais e outra com porte de drogas – é visto por moradores de Dois Rios e do Abrão como casos exemplares das novas ameaças que lhes batem à porta. Voltaremos adiante a esse ponto, mas é im-

---

[9] Agradeço esta observação, importante na compreensão da manutenção de hábitos e costumes, à professora Marilene Sá Cadei, que desenvolve projeto em educação ambiental com as crianças em Vila Dois Rios.

portante destacar que os assassinos não são temidos – sua violência nem mesmo é percebida por boa parte da população –, mas sim o homossexualismo e a droga, o que deixa clara a dificuldade que esses moradores têm de se adaptar aos desafios que se apresentam após a desativação da penitenciária. O que não é visto e não é enfrentado não pode ser derrotado ou substituído.

Portanto, é compreensível que os moradores – principalmente os mais antigos – defendam os policiais que atuam localmente na repressão aos turistas, que são considerados, a princípio, uma ameaça à sua integridade. Há o choque de valores relacionado aos "bons costumes", pois a população local não compartilha os valores presentes entre os turistas, muitos deles jovens oriundos de grandes centros urbanos. Denúncias de estudantes que são revistados na Ilha Grande têm-se multiplicado na imprensa e na internet. A forma de reagir ao "vagabundo" não está presente no discurso, mas nas práticas que se repetem. Vimos que as práticas de hoje são marcadas pelas de ontem, mas continuamos com uma questão a ser respondida: "Como compreender a violência, seja de hoje, seja de ontem, associada à Ilha Grande?"

A naturalização da violência: vagabundos e cachorros-do-mato

> *Aqui a imagem de total oposição e alteridade na selva primeva aparece como a metáfora colonial intensificada da grande extensão de terror e crueldade.*[10]

[10] Taussig, 1987, p.75. Minha tradução para "Here the image of stark opposition and of otherness in the primeval jungle comes forth as the colonially intensified metaphor for the great span of terror and cruelty".

A rede de relações humanas dentro dos campos de concentração não era simples: ela não pode ser reduzida a dois blocos de vítimas e perseguidores [...].[11]

Entrevistei muitos dos moradores da Vila Dois Rios, pois a grande maioria ali morava na época do Instituto Penal. De um modo geral, eles gostam de falar do passado, de contar histórias, de narrar como era a vida nos tempos idos. Por saberem que meu projeto era o de procurar resgatar a memória da antiga penitenciária e, mais do que isso, por eu também estar envolvida com o projeto de criação de um museu na região (Santos, 1999, 2002), muitos me procuraram para passar informações, depoimentos e documentos. A violência, tanto para os agentes penitenciários e policiais como para os ex-detentos, não vinha envolta em emoções e sentimentos. Mesmo para os familiares de policiais e presos, a violência cometida lá não parecia assustar. Ela apareceu nos relatos como moeda corrente de um cotidiano do qual adultos e crianças, de maneira geral, sentem falta.

Um dos entrevistados foi um agente penitenciário aposentado, que começou a trabalhar na antiga Colônia Agrícola do Distrito Federal em 1951, durante o governo de Getúlio Vargas. Segundo ele, naquela época "o preso ficava na cela surda nu, apanhava, levava um couro e, se cometesse falta, levava outro couro e, aí, ficava nu, despido, trinta dias". Continua:

> Na minha época, se o preso fugia, a ordem era matar todo mundo, mata, mata, não traz ninguém, deixa no mato, não traz ninguém de volta. Olha, eu nunca esqueço disso. Fugiram três da olaria na minha época. O diretor chegou no gabinete e disse assim: Olha, o F. e o

[11] Levi, 1988, p. 38. Minha tradução para "The network of human relationships inside the Lagers was not simple: it could not be reduced to the two blocs of victims and persecutors".

> M. vocês tragam. O P. eu não quero ver de volta. Prendemos os três, mas só apresentamos dois ao diretor. O P. até hoje não. Levaram uma surra na praia de Conceição de Jacareí, todo mundo assistindo e o pau comendo. Jogava dentro do mar, tirava do mar.

Dentro do presídio, era a "lei do cão": "Ou você era valente, ou você era assaltado, você era viciado, você era obrigado a passar a ser pederasta passivo, porque eles agarravam, matavam, estupravam, eles roubavam, assaltavam." Nesses relatos, há a descrição – sem qualquer componente crítico ao sistema carcerário, sem qualquer sentimento de culpa do carcereiro – de como o preso era tratado. O ex-carcereiro me concedeu esta entrevista em um bar e havia outros moradores da vila ao redor. Ele me fazia tais relatos em voz alta, ou melhor, em tom de discurso, com certa altivez, sem demonstrar qualquer censura ou constrangimento. Pelo contrário: o funcionário defendia o sistema penal tal como ele era no passado, pois o "vagabundo" apanhava tanto que, quando era solto, tinha de pensar duas vezes se fazia ou não algo errado. Ele demonstrava um orgulho muito grande por ter sido um bom funcionário público, ter servido à nação e ao sistema de forma íntegra:

> Trabalhei trinta e cinco anos, professora, e, minha senhora, não me corrompi. Trabalhei junto com marginal, junto com o Castor e muitos outros, o Natal, banqueiro do jogo do bicho. Então, eles têm que me tratar bem, têm que me respeitar, qualquer autoridade, qualquer pessoa, até o presidente da República. Porque um funcionário que lida com preso no dia-a-dia, abrindo e fechando porta de cubículo, que lida com família de preso, que lida com advogado de preso, e que não se corrompe, ele tem que ser de uma consistência muito firme.

E os "vagabundos"? Como eles percebiam o cárcere? Para aqueles que cumpriam suas penas na Ilha Grande, o cárcere representava uma questão de sobrevivência. Segundo um ex-detento que ficou

preso na Ilha Grande de 1951 até o momento de sua desativação,

> eu era um cara que sempre procurei recurso. Sempre bati na porta. Sempre aplicando, porque é cansativo ficar na surda. Fica em pé dentro de um quarto de um metro com um tamborete para sentar e ficar em pé. De dois até dez dias. Maltratando a matéria com cansaço. Eu dizia que tinha dor de barriga. Dá água! Quero tomar água! Você vai ao banheiro, lava o rosto. Dor de barriga. A sentinela vai dando atenção. Recurso. Tenho conhecimento. O que a gente sofre na pele.

A questão que se colocava para esse preso era a de sobreviver, tentar fugir, tentar defender-se dos maus tratos. O roubo, o assassinato, a vida pregressa, tudo aparece enquanto destino. Na prisão, se matar fosse preciso, este seria mais um dos passos a ser dado na trilha da vida. A violência estava lá, era um fato. Ele não mostra indignação em relação à arbitrariedade e à violência. Havia uma situação a ser vivida e atitudes a serem tomadas.

Segundo ele, os presos chegavam a Dois Rios com seus "recursos". Quem tinha pena grande para cumprir, tinha um "recurso": podia matar que o tamanho de sua pena já não importava. Os que entravam sem muito "recurso", precisavam matar para sobreviver. Caso contrário, morriam. Em caso de conflito, era matar ou morrer, não se podia deixar a opção para depois. A família era um problema, pois se fizessem algo com um de seus familiares, o preso tinha de cobrar dos outros. Ou seja, para presos sem "recursos", o melhor era evitar a visita de familiares. A prisão tinha certas regras, sobre as quais era preciso ter controle. Os presos precisavam reconhecer rapidamente as hierarquias estabelecidas, as possibilidades de se defender ou morrer, tanto em relação aos guardas como aos demais presos. Alcagüetar, por exemplo, representava a morte.

Por vezes, percebi alguma cobrança do ex-preso em relação ao sistema, mas isso acontecia referente a mudanças de regras ou à

falta de condições mínimas de sobrevivência, tais como alimentação e higiene, e não à violência generalizada com que ele convivia. Não há tentativa de explicar, de julgar, mas de sobreviver à prisão:

> Eu tinha que passar por isso. Com todo esse sofrimento todo. Eu tenho para mim que eu tinha que passar porque não sofri nada. Caso de prisão. Um caminho que eu tinha que passar. A senhora tinha que ser médica, doutora, enfermeira, faxineira. Pode estudar que vai fazer aquilo. Aquilo já estava determinado. Quem está de fora fica com pena, mas quem está envolvido nem é com ele. Não se deve ter pena, porque não está na gente, mas na natureza. Não tem pena. Aquela pessoa está pagando alguma coisa. Ele tem recurso para tudo. A gente que sofre por ele.

Na relação entre guardas e "vagabundos" havia regras a serem compreendidas. Os rituais de espancamento eram previstos por ambas as partes. O guarda estabelecia seu distanciamento em relação ao "vagabundo", distanciamento este que legitimava sua violência. Os que estavam presos eram chamados de "vagabundos" e adjetivados pelo número do artigo que classificava sua pena; eles eram "vagabundos" e também o 171, 213, 157 (estelionato, estupro, roubo, respectivamente).

A violência física era legitimada pela operacionalização de uma diferenciação de identidades: o "vagabundo" tinha agredido a sociedade e isso marcava seu lugar como um ser humano desprezível. Com isso, ele passava a se submeter às regras impostas pelo mundo do cárcere. Os rituais de chegada – nudez, uniformização, espancamento, horizontalidade de tratamento – humilhavam e diminuíam os presos, minando sua auto-estima e tornando mais fácil o controle e vigilância sobre eles. Os rituais de espancamento e humilhação acabavam sendo incorporados por guardas e presos. A fuga, por exemplo, fazia parte do jogo e, de maneira geral, era aceita pelos guardas, mas, se algum

preso desafiasse sua autoridade ou se colocasse como sendo um igual ou superior, era imediatamente morto.

Evidentemente que essa violência negociada tinha seus limites. Os relatos muitas vezes se repetem no que diz respeito à maior violência com que os presos eram tratados na Ilha Grande. Segundo uma assistente social que trabalhou alguns anos na ilha:

> Nos outros presídios, as pessoas trabalhavam e iam pra suas vidas, pra suas casas, em bairros diferentes. Aqui não, as pessoas viviam aqui. A proximidade, o confinamento trazia uma relação muito confusa. A relação social humana aqui era muito confusa. Os funcionários, isso, vinte e quatro horas dentro do presídio. A questão do alcoolismo sempre foi muito forte. Os funcionários, a maioria bebia muito. Ficavam muito violentos e descarregavam muito no preso também. A violência aqui era ainda maior. Essa proximidade, essa vivência. O colono era livre, tinha trabalho extra-muro, eles faziam faxina nas casas. Então, era uma relação assim muito estreita e, ao mesmo tempo, muito violenta. Eles tinham um ódio de preso terrível. Eu acho que sempre existiu isso aqui.

Este depoimento nos mostra que a proximidade e a cotidianidade existente entre presos e guardas da Ilha Grande – alguns presos eram até mesmo babás dos filhos dos guardas – estavam intrinsecamente associadas a rituais mais bárbaros de espancamento. Estes eram mais necessários nos cárceres da Ilha Grande do que em outros, onde o distanciamento entre guardas e presos não precisava ser reiterado com a mesma intensidade.

Ao estudar as motivações de crimes passionais, o sociólogo americano Jack Katz procura mostrar que aquele que comete o homicídio o faz para apagar no outro o olhar de si mesmo, que ele não consegue suportar. Aquele que ataca o outro, portanto, não reconhece a humilhação em si mesmo e, conseqüentemente, tenta transcendê-la pela agressão, pela raiva (Katz, 1988). No contexto analisado, como

poderia um guarda reagir ao sentir ameaçada sua alteridade em relação ao "vagabundo"?

Em alguns relatos, fica aparente que alguns guardas perdiam o controle durante os espancamentos e utilizavam a violência de maneira que não era sancionada nem pelos presos, nem pelos outros guardas. Ao contrário dos guardas, que narravam com orgulho as seções de tortura de que tinham participado, como se estivessem cumprindo seu dever cívico e moral, aqueles que eram apontados pelos demais como sendo os "cachorrinhos-do-mato", como os responsáveis pelos rituais mais perversos de sadismo – em que o objetivo de infligir dor e humilhação se sobrepunha a qualquer outro –, deram entrevistas muito controladas ou se negaram a dar depoimentos. Muitos desses últimos eram os vigilantes encarregados de encontrar os fugitivos pelo mato; passavam dias embrenhados na floresta como animais caçando suas presas. Quando encontravam os presos, freqüentemente ocorriam mais que espancamento: a tortura e, não raro, a morte.

Um dos guardas entrevistados nos relatou que seu primeiro trabalho no sistema penitenciário foi em 1977, na Ilha Grande. Um dos colegas que entrou com ele foi afastado do serviço, com dois meses de trabalho, por problemas psiquiátricos. Estava sozinho de serviço na galeria quando viu um preso gritar, sendo esfaqueado. Ele abriu a porta da cela, mas não pôde socorrê-lo, porque os outros presos fizeram uma barreira humana. O preso gritava "Já morri, já morri, pára", e os outros diziam: "morreu nada, está gritando." Ele viu o preso sendo morto por outro a facadas e nada pôde fazer. O guarda, que era novo, ficou totalmente descontrolado.

Esse mesmo guarda contou que um dos primeiros serviços que recebeu foi o de fazer uma revista nas celas de castigo para procurar armas, tóxico e outras irregularidades. Os guardas faziam um corredor polonês e os presos pegos em flagrante iam passando e levando surra.

Ele não estava batendo em ninguém, mas um parou perto dele e, com medo de ser ridicularizado, ele bateu forte no preso, que perdeu o equilíbrio e acabou pisando num prego, ferindo o pé. O guarda viu, mas ficou calado, porque ficou com medo de levar uma reprimenda por escrito do chefe. Poderia ser suspenso, pois acabara de entrar no serviço. Mas acabou contando e, para sua surpresa, o chefe perguntou por que ele não havia dito o que ocorrera na hora, pois, se o chefe tivesse visto o acidente, teria pisado no pé do preso com sua bota, para que o prego "atravessasse logo o pé do vagabundo".

Percebe-se, portanto, que há um aprendizado de como usar a violência, bem como uma prática voltada para comprometer aquele que entra para o sistema; aquele que já perdeu todo o senso moral no uso da violência hierarquicamente compromete seu subalterno, criando laços de compromisso. Certamente, os apenados são responsáveis por seus crimes, da mesma forma que os carcereiros pelos seus. No entanto, é inegável que o sistema carcerário, ao legitimar o uso da violência, sem o controle necessário, exerce uma força enorme sobre aqueles que se submetem ao sistema, força esta disciplinadora nos termos de Foucault (1979) e responsável pela falta de resistência interna aos espancamentos e torturas, que se encontram generalizados nos cárceres. A dificuldade de controle dessa violência resulta da incapacidade de se compreender ou aceitar que a natureza humana é constituída de ambigüidades, e não das noções claras e bem delimitadas entre "nós" e "eles", "bem" e "mal", "civilizado" e "selvagem", e assim por diante, com que nos acostumamos. Aqueles que têm a posse da violência irrestrita a utilizam para o bem e para o mal.

Primo Levi, ao descrever o caráter ambíguo e de compromissos existente entre guardas e prisioneiros no que ele denomina "zona cinza dos campos de concentração", observa que é ingênuo, absurdo e historicamente falso acreditar que um sistema infernal tal qual o Na-

cional Socialismo santifica suas vítimas: ao contrário, ele as degrada, torna-as parecidas com ele, e isto principalmente quando elas estão disponíveis, vazias, sem armadura moral ou política (Levi, 1988, p. 40). Observamos, entre os que conviveram no sistema carcerário existente na Ilha Grande, uma total incapacidade de estabelecer fronteiras morais no que diz respeito ao uso da violência.

Surge a seguinte questão: os sistemas carcerários – o da Ilha Grande é apenas um deles – não estão desvinculados da sociedade em geral. À medida que nos afastamos de Dois Rios, as narrativas sobre a violência começam a se delinear de forma bem mais precisa.

A construção da violência: nativos e presos políticos

Aqui não há direito. Aqui não há grades.
Vocês não vêm corrigir-se; vêm morrer.[12]

Este é o motivo pelo qual meu tema não é a verdade do ser,
mas o ser social da verdade, meu tema não se volta para
se fatos são ou não reais, mas para quais são as políticas
de interpretação e representação dos fatos.[13]

As narrativas que obtive daqueles que moraram em Dois Rios na época do presídio têm em comum o fato de lidarem com a violência como um dado natural da realidade. No depoimento de guardas, presos e moradores da Vila Dois Rios, a vida era ordenada, tranqüila, e a violência de que temos relatos ocasionais não parecia lhes incomodar o sono. O discurso da ordem é tão forte que apaga outras narrativas que se contraponham a ele. Os moradores esquecem

---

[12] Ramos, 1953, p. 63.

[13] Taussig, 1987, p. xiii. Minha tradução para "That is why my subject is not the truth of being but the social being of truth, not whether facts are real but what the politics of their interpretation and representation are".

os episódios violentos, tais como estupro e morte de uma menina surda-muda, tentativas de rebelião, espancamentos nas ruas, sirenes, leis impostas a todos (como a do silêncio).

Dessa forma, na Vila Dois Rios havia um código moral próprio, além de regras e hierarquias que legitimavam o uso da violência tanto entre presos quanto entre guardas e presos. A aceitação ou rejeição dessas regras implicava vida ou morte. De um modo geral, os indivíduos se submetiam às regras como forma de sobrevivência. Mas à medida que nos afastamos do centro do sistema carcerário de Dois Rios, o discurso sobre a violência se modifica. O discurso naturalizado sobre a violência que examinamos é muito diferente daquele encontrado entre os moradores de praias vizinhas e entre os presos políticos.

As fugas sempre foram uma constante da ilha. Ao escaparem das celas, os presos entravam em contato com os moradores locais, pois precisavam de seus barcos para alcançar o continente, e, com isso, traziam-nos para dentro da dinâmica existente entre "vagabundos" e "cachorros-do-mato". Estes últimos eram os vigilantes, que saíam em grupos de cinco ou seis para caçar os bandidos. Os moradores das diversas praias se referem a eles como homens valentes. Segundo os que trabalhavam na penitenciária, as fugas não representavam ameaça aos habitantes da região. Estes, no entanto, não se sentiam seguros com a violência reinante. No caso da Parnaioca, por exemplo, uma vila que chegou a ter 1.800 moradores e hoje está reduzida a duas ou três famílias, muitos dizem ter abandonado a terra porque estavam na rota de fuga dos presos. Pescadores do Aventureiro contam casos de seqüestros, de ameaças e de confrontos. Era freqüente mulheres e crianças dormirem todas juntas: o medo era grande.

Há várias histórias que se tornaram lendas na ilha e algumas delas apareceram em uma brochura organizada por um morador do

Abraão (Buys, 2000). Na história "A mão", Damasceno, o pescador, estava comendo seu peixe quando viu uma mão preta aparecer na janela, pegar o peixe frito e desaparecer.

> Ai, Deus, e agora? A explicação, para Damasceno, era clara, só podia ser um preso fugitivo do Lazareto, desesperado de fome, gente violenta, e acostumada a brigar, matar... Fazer o quê? Um preso? Muitos presos? Estaria armado? Por que com ele, Damasceno, num dia tão bonito, ele próprio tão satisfeito... Uma raiva súbita nublou seus pensamentos e lhe trouxe à mente a imagem de sua espingarda, uma "Lerap", calibre 36, ali bem perto, sobre o armário da sala.
> Duas horas depois, quando os guardas chegaram, ainda puderam ver a cena que até hoje ninguém esquece: Azul, matador, assaltante, famoso nos morros do Rio, com o braço esquerdo pra dentro da janela da cozinha da casa do Damasceno, na ponta dos pés, o pulso amarrado a um sarrafo na parede, lá embaixo, enquanto o pescador berrava sem cessar as mesmas frases:
> – Bandido é tu, filho da puta. Eu não sou... Por causa disso, não cozinhei a tua mão.

Esta história exemplifica bem os diversos depoimentos obtidos a partir de entrevistas que fizemos com moradores das praias vizinhas. O interessante dessa história é mostrar que os "caipiras" procuram afirmar-se em detrimento da posse da violência. Para eles, utilizar a violência do bandido os tornava também bandidos. Além disso, como vemos na narrativa, a violência não é naturalizada: ela aparece como uma estranha que chega na hora errada e a opção do pescador é decididamente rejeitá-la. O pescador não utiliza a arma, mas a inteligência, para pegar o bandido e demarcar o lugar da diferença.

Este lugar do "nativo" não é facilmente construído. Sabemos que houve casos em que os presos que fugiam e tentavam roubar os ilhéus foram mortos por eles, mas são exceções, segredos que dificilmente são relatados. É preciso lembrar que, se os moradores matassem os presos, eles teriam de ir a julgamento, pois não tinham a posse da

violência legitimada pela sociedade. Eles constroem sua alteridade, portanto, de forma mais complexa, constituindo um terceiro perfil, que se contrapunha a "vagabundos" e "cachorros-do-mato". Dificilmente um guarda se refere ou enaltece a valentia e esperteza de um preso, como é comum entre os relatos dos ilhéus.

A noção de que violência se combate com violência também não foi partilhada por muitos dos presos políticos que passaram pela Ilha Grande. Sem se considerarem criminosos, estes presos conseguiam manter sua auto-estima e resistir ao processo por que passavam logo ao entrar na penitenciária. Neste caso, a alteridade entre "nós" e "eles" não se dava entre guardas e "vagabundos", mas entre presos políticos por um lado, e guardas e presos por outro. No entanto, quanto menos organizados os presos políticos se encontravam, maior era a pressão do sistema carcerário sobre eles, no sentido de identificá-los ao "vagabundo", ao transgressor da lei. Os rituais praticados pela polícia para enfraquecer a auto-estima do "outro" eram até mesmo mais diversos do que aqueles exercidos em relação aos presos comuns: espancamento, tortura, nudez, uniformização, humilhação, falta de talheres, de higiene, e assim por diante.

A indignação que Graciliano Ramos expressa em suas memórias mostra como ele mantém sua integridade moral, sem "negociar" sua sobrevivência com os carcereiros. Embora o sofrimento físico fosse maior, a negociação implicaria um nivelamento moral entre carcereiro e preso, o que poderia significar a destruição psicológica do segundo. O que chamo aqui de negociação pode significar apenas uma troca de olhares e esta é uma questão muito subjetiva, percebida de forma bastante diferenciada por seus atores. De qualquer forma, para os que não entraram no sistema carcerário destituídos de valores morais, a questão da sobrevivência implicava uma ruptura muito forte com os valores precedentes.

A condição de sobrevivência do político e escritor é a de manter seus laços com o mundo de fora dos presídios, com a civilização. E é o contato físico ou psíquico com a sociedade e seus valores que torna a experiência do presídio – em sua destituição, promiscuidade e animalidade – impossível. Poucos conseguem manter esse vínculo sem sucumbirem e, quando conseguem, a manutenção da integridade praticamente exige a intransigência e a arrogância em relação a seus semelhantes. Ao condenar peremptoriamente a barbárie presente em seu carrasco ou no sistema carcerário, a vítima condena não só seu oponente, mas o ser humano em geral e a si próprio. Novamente me refiro à obra de Primo Levi (1988), que nos mostra como, para muitos dos que passaram por Auschwitz, a libertação significou uma angústia sem par, que em muitos casos levou ao suicídio. Ele próprio, após uma vida de reflexão, acabou por se suicidar.

O sentimento de vergonha e culpa acompanha aquele que foi torturado, porque sente remorso por ter sobrevivido, por ter sido introduzido em um mundo que é incapaz de aceitar, por não ter sido capaz de se defender ou mesmo de pôr um fim à barbárie que presenciou. As vítimas da barbárie, e só elas, são capazes de sentir que a espécie humana tem o potencial de construir uma enormidade infinita de dor, gratuitamente, uma dor criada do nada, sem esforço e sem custo (Levi, 1988). Muitas vezes, situações de tortura destroem definitivamente a auto-estima das vítimas.

Dentre todas as histórias que ouvi na Ilha Grande, as que mais me impressionaram foram contadas não em entrevistas formais, mas quando estava no caminho entre Abraão e Dois Rios, quicando a bordo da Toyota da UERJ, que custa a manter seus parafusos no lugar ao passar pela trilha, que uma vez fora estrada. Graciliano Ramos descreve os doze quilômetros de estrada como se fosse uma via-crúcis; para mim, o percurso acabou trazendo igual sofrimento, não

pelo sacrifício de seguir o caminho aos trancos e barrancos, com a saúde precária como ele, mas pelas histórias contadas. Talvez fosse a falta do gravador ou mesmo a precariedade da travessia – que sempre produz um grau de solidariedade entre as vítimas do comboio – que dessem força às histórias e me tornassem mais frágil. Pode ser ainda que a viagem traga lembranças aos antigos passageiros, lembranças que nem sempre os novos passageiros estão preparados para ouvir. Uma das histórias foi contada por uma assistente social que trabalhou por diversos anos na penitenciária:

> Naquele dia, alguns presos vieram me perguntar se eu não ia almoçar; vieram uma, duas, três vezes. Tinha alguns deles que eram meus cães de guarda dentro do presídio. Ficavam parados na porta enquanto eu estivesse lá dentro. Estavam preocupados comigo, eles estavam querendo me dizer alguma coisa, mas não podiam me dizer diretamente o que era. Eu não compreendi na hora, eles queriam me avisar que era para eu sair do prédio antes das 11 horas. De repente, os guardas fecharam todas as portas, ninguém saía, ninguém entrava. Os presos batiam nas grades para não escutar os gritos de quem estava morrendo. Era ensurdecedor. Não aparecia um guarda! Não aparecia nenhum guarda!

Éramos sete no carro e a mulher gesticulava muito, repetia e repetia a história, procurava o ar no banco de trás, pois lhe faltava ar, e olhava repetidamente para o motorista, que, depois fui saber, fora guarda em Dois Rios. Todos prestavam atenção na história. A administradora do centro de pesquisas da UERJ, de tão nervosa, interrompia o relato algumas vezes, sugerindo-me que gravasse a história e me oferecendo seu gravador, que não consegui usar, evidentemente, de tão absorta que estava, como todos, com a história. A narrativa continuou:

> Eu apaguei duas vezes. Fiquei presa entre dois portões. Jogavam os corpos lá de cima. Muito sangue. Um rio de sangue. Vi um cachorro sair com o coração de um na boca. Alguém tentava me acordar, batia no meu rosto. Depois disso, eu desisti. Eu saí do Desipe, fui trabalhar no Ministério Público.

Esta não era uma história nova para os passageiros. Até mesmo eu conhecia a história, pois o "estripamento" do preso Maradona, que teve seu coração jogado aos vira-latas, tinha sido noticiado fartamente pelos jornais em 1983 e no ano subseqüente, quando várias fugas e massacres continuaram a ocorrer. Mas a história causou um imenso mal-estar pela forma como foi contada. A assistente social tinha nos relatado sua dedicação ao trabalho, que também passava por uma vocação religiosa. Trabalhara vinte e dois anos no sistema penal. Uma vida devotada ao trabalho, com estudos, cursos, sacrifícios. Sua ida para a Ilha Grande fazia parte desta "missão". Já tinha passado por diversos presídios. No entanto, ela não pôde lidar com a violência da Ilha Grande. Pediu transferência, mudou de profissão. Seu relato, enfim, passou-nos que algo inenarrável aconteceu naquele dia para ela, cujo significado não está totalmente explicado, mas que foi capaz de mudar o curso de sua vida.

Conclusão

O oceano de dor, passado e presente, nos cercou,
e seu nível aumentou de ano para ano até que
ele praticamente nos submergiu.[14]

Neste artigo, procurei, em primeiro lugar, mostrar que práticas da violência podem manter-se em diferentes contextos enquanto tive-

[14] Levi, 1988, p. 86.

rem suporte em códigos morais precedentes. Práticas estabelecidas no passado são mantidas no presente por meio de múltiplos encontros e configurações. Hábitos oriundos de contextos passados entram pelo presente como se fossem parte deste e é difícil reconhecermos o que é passado e o que é presente. Também busquei expor que há uma negociação da violência entre os atores envolvidos no sistema carcerário. O sistema impôs uma dinâmica no cotidiano da vida de presos e guardas, estabelecendo leis, regras e normas de conduta, que se consolidaram em formas de ser, pensar e agir cuja origem não é facilmente identificada. É nessa zona cinzenta que se movem atores com códigos morais próprios, muitas vezes em total contradição com valores sociais estabelecidos, o que lhes permite agir com ambigüidade, vilipendiando o próximo e mostrando ternura. Por último, apontei os impasses na construção dessa violência quando códigos morais da sociedade mais abrangente estão em jogo, bem como os limites que se nos apresentam para descrever esses processos de construção e interpretação da violência.

No imaginário popular, a história dos presídios da Ilha Grande tem-se associado a uma história de arbítrio e de degradação física e moral do ser humano. A ilha foi chamada de "Ilha do Medo", "Inferno Verde", "Sucursal do Inferno", "Ilha dos Homens sem Alma" e "Caldeirão do Diabo". As práticas de aviltamento e indignidade sofridas na Ilha Grande foram denunciadas no mundo escrito, primeiro por presos políticos e, recentemente, por outros presos. Em comum, nos diversos relatos, há a constatação de que o inferno era construído por seres humanos: detentos que estupravam, roubavam e matavam outros detentos, e policiais que, com suas práticas corretivas, marcaram a instituição enquanto cárcere do inferno (Lessa, 1933; Ramos, 1953; Torres, 1979; Lima, 1991; Cypriano, 2001).

As práticas da violência não foram um privilégio da Ilha Gran-

de. No mundo inteiro os presídios são violentos, e a prisão na Ilha Grande, por pior que tenha sido, compartilha com outras a posse da violência (Coelho, 1976). Mas o que nem a imprensa, nem a entrevista gravada conseguem transmitir é o grau de irracionalidade presente nas práticas correntes. Nós temos uma pista de seu significado, resvalamos por perto de seu sentido, quando uma assistente social nos diz ter ali presenciado uma experiência limítrofe. Mas como compreender esse manancial de horrores, que aponta os limites tênues entre moral e degradação humana? Teremos palavras para isso?

Referências bibliográficas

BAUDELAIRE, Charles. "Ao leitor, *Flores do mal*". In: COSTA, Virgilio (Org.). *Dante Milano: poemas traduzidos de Baudelaire e Mallarmé*. Rio de Janeiro: Boca da Noite, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUYS, Renato. *Memória da Ilha Grande: a vida*. [s. n.], 2000 (mimeo).

COELHO, Edmundo Campos. *Oficina do diabo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Espaço e Tempo, 1976.

CYPRIANO, André. *O caldeirão do diabo*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

DURST, Rogério. *Madame Satã*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GOMES, Marcus. *A natureza sob vigilância: etnoecologia e ethos penitenciário na Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Ciências Sociais/UERJ, 2001. Monografia de graduação.

KATZ, Jack. *Seductions of Crime: Moral and Sensual Attractions in Doing Evil*. Nova Iorque: Basic Books, 1988.

LESSA, Origenes. *A Ilha Grande*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

LEVI, Primo. *The Drowned and the Saved*. Nova Iorque: Summit Books, 1988.

LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. Rio de Janeiro: Iser/Vozes, 1991.

PRADO, Rosane Manhães. "Depois que entrou o Imbamba: percepções de questões ambientais na Ilha Grande". *XXII Reunião Brasileira de Antropologia. GT "Conflitos socioambientais e unidades de conservação*. Brasília: 2000 (mimeo).

_____. "Quem entende do paraíso? Estudo sobre percepção e políticas ambientais num contexto de unidades de conservação". *XXIII Reunião Brasileira de Antropologia*. Gramado: 2002 (mimeo).

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, 1953.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. *História e memória das instituições carcerárias da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: 1999. Relatório de pesquisa (mimeo).

_____. "O ecomuseu Ilha Grande: flexibilizando as fronteiras entre natureza e cultura". *História, Ciência e Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: 2002.

SOUSA, Tatiana. *Tão perto e tão longe: uma abordagem antropológica da relação entre a UERJ e a comunidade da Vila Dois Rios*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Departamento de Ciências Sociais/UERJ, 2002. Monografia de graduação.

TAUSSIG, Michael. *Shamanism, Colonialism, and the Wild Man: a Study in Terror and Healing*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

TORRES, André. *Exílio na Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1979.